

EMENTAS DOS COLÓQUIOS

Eixo I – Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional

Para todos os colóquios: Análise do conteúdo do colóquio articulado ao eixo temático e contextualizado no tema central da CONAE. Visa o aprofundamento de propostas contidas no Documento Base.

1.1- O Papel do Estado na Regulação e na Garantia do Direito à Educação

Princípios Constitucionais que regem o direito humano à educação escolar com qualidade; Importância da LDB e das demais matérias legislativas, sub-legislativas e normativas na regulação da educação escolar no Brasil; Papel do estado na autorização, credenciamento e supervisão da oferta de educação escolar (presencial e a distância, pública e privada); Institucionalização da cultura do planejamento da educação no Brasil: Plano Nacional de Educação e os planos decenais correspondentes; Condicionantes sociais e econômicos ao cumprimento do efetivo direito à educação; O direito à educação como princípio ordenador das políticas de Estado: limites, responsabilidades, autonomia das escolas públicas, estabelecimentos de ensino, IFETS e universidades. O Papel do Estado na garantia da igualdade de direitos e valorização das diferenças nas escolas;

1.2 - Definindo as Responsabilidades Educacionais de cada Sistema de Educação, as Áreas de Co-responsabilidades e os Indicadores para o Monitoramento Público do Efetivo Direito à Educação

Sistema Nacional de Educação Articulado; a busca da unidade na diversidade cultural e institucional da sociedade brasileira; Competências comuns e competências privativas das unidades da federação e dos seus respectivos sistemas de ensino: federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal; A regulamentação dos dispositivos constitucionais da Cooperação Federativa e do Regime de Colaboração; Composição, funções, competências e responsabilidades dos sistemas de ensino; Importância dos indicadores educacionais no planejamento plurianual articulado, na gestão educacional e na construção do Regime de Colaboração; Papel dos órgãos administrativos, normativos e de controle social dos sistemas de ensino; Mecanismos e instrumentos de cooperação; fragmentação e ruptura das ofertas de matrículas por nível federativo; relação entre matrícula, evasão e desempenho dos estudantes da educação básica, profissional e superior.

1.3 - Propondo Diretrizes e Mecanismos de Planejamento Normativo, Estratégico e Operacional no Âmbito do Sistema Nacional de Educação Articulando os Sistemas de Ensino.

A organização do Sistema Nacional Articulado de Educação e Plano Nacional de Educação; Conceito de sistema e de planejamento educacional; PPA, PNE e PDE/PAR; a dimensão legislativa e a estratégica no processo de planejamento; Histórico da práxis de sistema e da cultura institucional de planejamento na educação brasileira; estratégias de superação das fragmentações nas responsabilidades federativas; Arranjos educacionais locais e territoriais; Planejamento participativo, estratégico e mobilização social de todos(as) pela educação de qualidade para todos(as).

1.4 - Sistema Nacional Articulado de Educação e o Papel da União: Coordenação da Política Nacional, Colaboração, Ação Supletiva e Estabelecimento de Diretrizes e Normas Gerais.

Diretrizes Nacionais e Normas Gerais de competência privativa da União; O Congresso Nacional, o MEC e Conselho Nacional de Educação: suas funções legislativas, normativas e administrativas; Papel da União na coordenação e na articulação da política nacional de educação: PNE, PDE/PAR, FUNDEB, etc; Sistema Nacional Articulado de Educação: subsistemas de avaliação, desenvolvimento curricular, produção e disseminação de indicadores educacionais, planejamento e gestão e formação e valorização profissional; O lugar da educação na história do Estado brasileiro: articulação interministerial, fragmentação das responsabilidades educacionais; guerra fiscal; conceito de articulação do sistema; diferença entre articulação, dependência, cooperação e colaboração. Integração e articulação dos sistemas de ensino, dos profissionais da educação e dos Conselhos Escolares à Rede de Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

1.5 - CNE e Fórum Nacional de Educação: Espaços de Exercício do Estado Democrático de Direito.

Autonomia do CNE e sua função no Sistema Nacional Articulado de Educação; Composição do CNE (sociedade civil e sociedade política) na vigência do Estado Democrático de Direito; Legitimação e institucionalização do Fórum Nacional de Educação; Equilíbrio de poder e consulta pública das políticas educacionais; promoção da participação popular no orçamento da educação; co-responsabilidades na implementação de espaços coletivos de decisão. Fórum Nacional de Educação, Conselho Nacional de Educação e Conferência Nacional de Educação na organização institucional do diálogo com os setores organizados da educação brasileira.

1.6 - Sistema Nacional, Planejamento e Gestão da Educação: construindo articulações entre Plano Nacional de Educação, Plano Plurianual e Plano de Ações Articuladas em âmbito nacional, estadual e municipal.

Principais fragilidades no processo de implementação do PNE; O novo PNE e as contribuições advindas do Plano de Desenvolvimento da Educação; Efetividade das estratégias de descentralização e suas implicações na educação escolar; Metodologias de enfrentamento ao autoritarismo no planejamento e na gestão educacional; Participação responsável de agentes sociais; Co-responsabilização, cooperação e colaboração no planejamento e execução de políticas educacionais municipais, estaduais e nacionais.

1.7 - Setor Privado e Educação: Participação, Regulação e Papel Social.

Base legal da oferta da educação pelo setor privado; Liberdade de ensino e a garantia do Estado ao direito universal de acesso à Educação de qualidade; Controle social da educação privada; instâncias de decisões coletivas no setor privado: grêmios, diretórios/centros acadêmicos, diretório central dos estudantes, associação de pais, sindicatos de trabalhadores; controle legal e regulação do setor privado.

1.8 - Autonomia Universitária e a Constituição Federal

Art. 5o. da Constituição Federal; Reforma Universitária; Regulamentação da autonomia universitária; Bases deliberativas da gestão do ensino superior: conselhos superiores de ensino, pesquisa e extensão, colegiado de cursos, participação estudantil e dos trabalhadores da educação superior; eleições de cargos de chefia.

Eixo II – Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação

2.1 - Sistema Nacional de Avaliação como instrumento de Qualidade e sua Interface com o Plano Nacional de Educação e os Planos Decenais Correspondentes.

Limites e possibilidades do sistema nacional de avaliação; IDEB, especificidades regionais e metas de qualidade a longo prazo; o Plano Nacional de Educação: avaliação, histórico, vigência e perspectivas futuras; Planos Decenais e participação coletiva; Posicionamentos dos poderes legislativo, executivo e judiciário sobre o Plano Nacional de Educação.

2.2 - Gestão Democrática e Qualidade Social da Educação.

Princípios da gestão democrática; autoritarismo como herança estrutural da educação brasileira; mecanismos de efetivação da gestão democrática; qualidade da educação para além do desempenho; instâncias de participação na gestão educacional; colegiados, conselhos escolares, grêmios e associação de pais.

2.3 - Emancipação, Autonomia e Participação Popular: Desafios na Construção da Qualidade Social e Democrática da Educação para Todos (as).

Conceitos de autonomia, emancipação e participação popular. Relação entre gestão democrática e qualidade da educação. Indicadores de qualidade da educação e indicadores de capacidade de gestão; Princípios universais da educação de qualidade e democracia como valor universal; O Brasil frente à América Latina na promoção da educação para todos (as). Valorização da diversidade e promoção dos direitos humanos: redução das desigualdades e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural na construção da qualidade social da educação.

2.4 - Padrões de Qualidade para a Educação Básica e Superior: Definindo os Referenciais e Garantindo a Efetivação deste Princípio Constitucional.

Padrão de qualidade na educação escolar; Conceito de qualidade total e de qualidade social na educação. Relação entre investimento, desempenho e ampliação da democracia; Parâmetros de funcionamento dos estabelecimentos de ensino e de infra-estrutura dos prédios escolares; Qualidade da educação básica e superior pública e privada e suas relações de inversão no cenário brasileiro.

2.5 - O PDE e a Construção Coletiva de Referenciais para a Efetivação da Qualidade Social da Educação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação; Diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; Referenciais curriculares e controle social do PDE; PDE e qualidade social da educação. Concepção sistêmica da educação. Mecanismos de participação popular no PDE.

2.6 - Concepções Curriculares e a Consolidação Político-Pedagógica da Prática Educativa.

Conceito de currículo. Currículo em movimento. Projeto político pedagógico das escolas da educação básica, do ensino profissional e dos cursos de graduação. Adequação curricular às novas legislações referentes à valorização da diversidade, inclusão, ensino de libras e acessibilidade. Atendimento Educacional especializado no currículo. O processo de formulação legislativa e a organização do currículo e da escola.

2.7 - Educação Superior e Sociedade: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Responsabilidade social da educação superior com a inclusão; Universidade e sociedade; Dinâmica social, produção de conhecimentos e contexto social; Articulação das políticas de ensino, pesquisa e extensão no ensino superior público e privado; Qualidade da extensão universitária.

Financiamento da extensão, ensino e pesquisa universitária.

2.8 - Avaliação para a qualidade social da educação.

Conceitos de avaliação; Avaliação educacional e consequência. Construção coletiva dos indicadores de avaliação. Relação entre avaliação e qualidade. Indicadores possíveis de avaliação. Avaliação para a emancipação. Diretrizes nacionais mínimas de avaliação da educação básica e superior.

Eixo III – Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar.

3.1 - Acesso à Educação e Obrigatoriedade.

Formas de Acesso e de permanência na educação básica e na superior pública e privada. O Ensino Fundamental de 9 anos; Política de ampliação da cobertura educacional na educação básica, na educação superior e na educação profissional e tecnológica; Ampliação da obrigatoriedade da educação escolar a partir dos quatro anos de idade; Formas de acesso ao ensino profissional público e privado. Formas de acesso e expansão da educação superior e da pós-graduação no Brasil. O financiamento público da educação privada e o financiamento privado da educação pública. Transversalidade da Educação Especial/Inclusiva em todas as etapas, níveis e modalidades.

3.2 - Processos Educativos, Ampliação do Atendimento da Educação Escolar e Tecnologias da Informação e Comunicação.

Histórico e Conceito de Educação a Distância pública e privada no Brasil; Desafios da educação noturna e as novas tecnologias da educação; Educação em um turno, mista e redes de aprendizagens em ambientes virtuais. Acesso diferenciado à tecnologia para trabalhadores, docentes e estudantes da educação básica e superior pública e privada. Comunicação intergeracional e entre os diversos trabalhadores da educação básica e superior.

3.3 - Educação Integral e Integrada: Ampliação de Tempos e Espaços Educativos.

Financiamento da Educação Integral no Brasil. Qualidade da educação integral. Dilemas e perspectivas da ampliação do tempo escolar. Novos arranjos educativos locais e articulação de espaços de aprendizagem na escola e na comunidade. Participação comunitária na ampliação da jornada escolar; Escola-bairro. Educação Integrada e Interdisciplinaridade.

3.4 - Educação Infantil: Expectativas, Desafios e Possibilidades.

Conceito de Educação Infantil. Profissionalização, regulação e oferta da educação infantil no setor público e privado. Avaliação nacional da educação infantil. Oferta e Qualidade da educação infantil. Relação entre a educação infantil e as outras etapas da educação. Formação e valorização dos trabalhadores da educação infantil.

3.5 - Consolidando as Políticas para a Universalização do Ensino Fundamental com qualidade social.

O Ensino Fundamental no Brasil e as especificidades de suas distintas etapas (ciclo da infância e séries/anos finais). A oferta regulada do ensino fundamental. Tempos, Espaços e Permanência no Ensino Fundamental. Ensino e Aprendizagem e a Centralidade do Conhecimento. Qualidade do Ensino Fundamental os desafios da transição (da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e deste para o Ensino Médio). Financiamento e as políticas de apoio. Articulação entre município, Estado e União para a promoção da qualidade do ensino fundamental. Avaliação do ensino fundamental.

3.6 - Expansão e Consolidação do Ensino Médio.

Origem e expansão do ensino médio no Brasil. Acesso e permanência. Relação entre ensino médio e superior. Relação juventude e processo de escolarização. Ensino médio e mundo do trabalho. Protagonismo estudantil. Oferta do ensino médio na rede estadual e federal e no setor privado. As diferentes possibilidades de organização da escola de ensino médio. Possibilidade de apoio à inserção e permanência do estudante de ensino médio. O ENEM e outras avaliações do ensino médio. Ausência de profissionais com formação adequada e as condições de trabalho docente para uma escola de ensino médio de qualidade. Avaliações para o ingresso no ensino superior.

3.7 - Consolidando a Educação Superior como Bem Público Social e Direito Humano.

O direito à educação superior no Brasil e no mundo. Formas de acesso e políticas de permanência. Educação superior e mundo do trabalho. Organização do ensino superior público e privado. Políticas de expansão do ensino superior. Regulamentação do acesso. Financiamento estudantil. As políticas de cotas raciais e sociais.

3.8 - Educação Superior, pesquisa e sociedade.

A forma de produção do conhecimento no ensino superior. Pesquisa Acadêmica e Pesquisa Aplicada (SINASEFE). O papel da extensão universitária. O diálogo entre a pesquisa e as demandas sociais e econômicas. Financiamento das pesquisas e compromisso social. Pesquisa, mercado e bem público. Propriedade intelectual e produção científica. Pesquisa e formação de opinião. A cooperação internacional na produção e na difusão do conhecimento.

3.9 - Educação Profissional, Demanda e Inclusão Social.

Ciclos de recrudescimento e expansão do ensino profissional no Brasil. Condicionamento da educação profissional às demandas do mercado. Os processos de inclusão social na educação profissional. Financiamento público e privado da educação profissional. Educação profissional e a formação para o mundo do trabalho rural. A educação inclusiva e a educação profissional: A formação para o trabalho das pessoas com deficiências

3.10 - Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Perspectivas

Fases históricas da oferta de educação de jovens e adultos. Financiamento da EJA no Brasil. Formas de acesso à EJA. Valorização dos profissionais. O ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e outras formas de avaliação. Idade mínima para o ingresso à EJA. Regulação da oferta da EJA pelo setor público e privado. A combinação histórica entre EJA e EAD.

- EJA integrada ao mundo do trabalho, na perspectiva da Economia Solidária;
- Formação em EJA – inicial, continuada, presencial e EAD;
- Políticas de leitura para EJA (espaços, acervo, tecnologias, pesquisas e avaliação);
- Universalização da alfabetização;
- O analfabetismo funcional e as políticas de EJA;
- EJA integrada à qualificação social e profissional para o campo.

3.11 - A Pós-Graduação, a Produção e a Socialização do Conhecimento Científico.

Nichos de produção de conhecimento científico na sociedade brasileira. Formas de financiamento da pesquisa no ensino superior e na educação básica. Socialização do conhecimento científico nas ciências exatas e humanas. Comunidades científicas e poder político. A educação superior na produção e socialização do conhecimento.

Eixo IV – Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação

4.1 - Formação Inicial e Continuada de Professores: Políticas e Desafios.

Formação de professores para a educação profissional e tecnológica. Formação presencial e a distância. Conteúdos da formação dos professores. A LDB e a responsabilidade dos entes federados na formação dos professores. Formação continuada dos professores do ensino superior e profissional. Valorização da diversidade e promoção dos direitos humanos. Redução das desigualdades e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional, cultural e campo-cidade na formação inicial e continuada.

4.2 - Funcionários de Escola e Pessoal Técnico-administrativo: Formação e Identidade Profissional.

Reconhecimento de funcionários e pessoal técnico-administrativo na gestão escolar e universitária. Valorização e profissionalização. Instâncias de participação na gestão democrática. Princípios e Diretrizes do Plano de carreira e diretrizes para funcionários de escola e pessoal técnico-administrativo.

4.3 - Avaliação e os Instrumentos de Valorização dos Profissionais da Educação.

Conceito de avaliação como processo. Construção coletiva da avaliação. Indicadores da avaliação. Os processos hierárquicos provenientes da divulgação dos resultados da avaliação. Avaliação e punição.

4.4 - Piso Salarial, Diretrizes Nacionais de Carreira, Desenvolvimento Profissional, Reconhecimento Social e Melhoria das Condições de Trabalho na Educação Escolar.

Luta histórica por um piso nacional. Art. 206 da Constituição Federal. Lei 9394/96 (LDB). Lei 11.492/2007 (Lei do FUNDEB). Lei 11.738/2008 (Lei do Piso). Parecer do CNE sobre Diretrizes Nacionais de Carreira do Magistério da Educação Básica Pública. A realidade do setor privado.

4.5 - Formação dos Profissionais da Educação e Educação a Distância.

Conteúdos mínimos de formação para ingresso na carreira. Heterogeneidade regional, campo/cidade e aldeias. Qualidade da educação a distância na formação dos professores. Educação a distância pública e privada na formação dos professores. Certificação de professores e avaliação.

4.6 - A Educação Básica e Superior e as Tecnologias de Informação e Comunicação e os Conteúdos Multimidiáticos.

Interatividade em sala de aula na educação básica e superior nos setores público e privado. Perspectiva crítica da informação multimidiática; Reorganização curricular; relação espaço/tempo; qualificação da capacidade de intervenção social.

4.7 - Política Nacional de Formação: Articulação entre Ministério da Educação, Sistemas de Ensino e Instituições Públicas de Educação Básica e Superior.

Definição de responsabilidades na execução da política nacional de formação. Diretrizes mínimas da política nacional de formação.

4.8 - Políticas de Prevenção e de Atendimento à Saúde dos Trabalhadores em Educação.

Doenças decorrentes do exercício da docência e do trabalho escolar. Atendimento psicopedagógico aos trabalhadores em educação; Adicional noturno; Aposentadoria diferenciada.

Eixo V—Financiamento da Educação e Controle Social

5. - Gestão e Financiamento de Políticas Educacionais no Regime de Colaboração: Políticas, Papel dos Entes Federados, Órgãos de Controle Interno, Externo e de Controle Social.

6.

Elevação das vinculações constitucionais à educação. O conceito de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e a vinculação da receita de impostos à educação escolar. Os mecanismos de desvinculação dos recursos da educação e os impactos das políticas de guerra e renúncia fiscal sobre o financiamento educacional; Elevação do percentual do PIB para a educação pública; Ampliação dos investimentos com educação; Financiamento da Educação e complementação e participação da União. O papel dos Tribunais e Contas dos Estados e Municípios. Ação do Ministério Público na educação. As secretarias municipais e estaduais de educação como unidades gestoras dos recursos destinados e vinculados à área. Fortalecimento dos conselhos de acompanhamento e controle social.

5.2 - Política de Fundos: Articulação e Consolidação do Sistema Nacional de Educação

Histórico do financiamento da educação no Brasil e o surgimento da política de fundos. O financiamento do sistema nacional de educação. Desigualdades regionais e a função supletiva e redistributiva da União. Desigualdades dos estados e dos municípios na arrecadação de impostos. O estabelecimento do FUNDEB. As propostas de criação de fundos nacionais públicos para a educação superior e profissional. O gasto-aluno praticado no Fundeb e o paradigma do custo aluno-qualidade. Estratégias para o estabelecimento de um patamar mínimo nacional de investimento por estudante capaz de garantir qualidade na educação.

5.3 - Vinculação e Sub-vinculação dos Recursos Financeiros à Manutenção e Desenvolvimento da Educação, na Perspectiva do Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

Transferências constitucionais, transferências automáticas e transferências voluntárias; Conceito de Custo Aluno-Qualidade. Estratégias para o estabelecimento do Custo Aluno-Qualidade. A interação entre a sociedade civil e o Estado na construção do Custo Aluno-Qualidade. O Custo Aluno-Qualidade e o estabelecimento do Sistema Nacional Articulado de Educação. A tributação de impostos para a educação. O FUNDEB e outras políticas de financiamento da educação. O Brasil e outros cenários internacionais de financiamento da educação. Padrão de qualidade versus custo aluno-qualidade.

5.4 - Financiamento da Educação: Controle Social e Regulação dos Setores Público e Privado.

A formação e autonomia dos Conselhos do FUNDEB. Orçamento participativo nas escolas. O PDDE e o PAR. Financiamento público do setor privado. Entraves e desafios do financiamento para o setor público. Histórico da Legislação sobre o financiamento da educação no Brasil. A transparência na gestão dos recursos educacionais. Tornar as secretarias da educação como unidades gestoras dos recursos da área. Estratégias para o fortalecimento dos conselhos. O conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o uso de recursos educacionais públicos para o pagamento das aposentadorias.

5.5 - Estratégias para o Financiamento da Educação Pública de Qualidade: alterações no sistema tributário e fiscal.

Reforma Tributária. Os números do investimento em educação. Conceito de qualidade da educação pública. O Legislativo e o orçamento anual da Educação. Novas formas de financiamento da educação pública. A vinculação de todos os tributos, e não apenas dos impostos, para os investimentos públicos em educação. A Reforma Tributária e sua influência no estabelecimento de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

5.6 - Estabelecendo referenciais e novas fontes de Recurso para o Financiamento da Educação Pública.

Financiamento da educação: vinculação dos royalties do petróleo e dos recursos do pré-sal. Fim da DRU para a educação. Responsabilidade social e compromisso do setor produtivo com a promoção da qualidade da educação. Divisão das responsabilidades orçamentárias para municípios, Estados e União. Maior participação da União nos investimentos educacionais públicos. Estratégias para ampliação do investimento público em educação relacionado ao percentual do PIB. Estabelecimento de patamares mínimos de investimento em educação. Estratégias de combate aos desequilíbrios regionais.

Eixo VI - Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade

6.1 - Política de Ações Afirmativas para Estudantes: Promovendo a Igualdade.

Promoção de programas que disseminem valores éticos de respeito à dignidade da pessoa humana Abordagem relativa aos direitos humanos. Conceito de Ação Afirmativa. Histórico da implementação das Ações Afirmativas no mundo. Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008. Estatuto da Igualdade Racial. Políticas de cotas nas universidades públicas e no PROUNI. Democratização do campus. Desempenho e permanência dos estudantes cotistas.

6.2 – Estratégias de Superação à Violência no Ambiente Educacional.

A Escola e a violência física e simbólica. Autoridade e autoritarismo no ambiente escolar. Adequação dos espaços e práticas pedagógicas das escolas ao público infanto-juvenil. A presença de armas no ambiente escolar. Tráfico de drogas. Garantia de atendimento educacional em áreas de risco. Atendimento psico-pedagógico aos membros da comunidade escolar. Desigualdade social, violência e discriminação. Formação continuada de profissionais da educação voltados para a superação, no contexto escolar, das diferentes formas de violências contra crianças e adolescentes. Implementação da Lei nº 11.525/2007 (ECA na Educação Básica). A escola na constituição de uma cultura dos direitos humanos e de superação de todas as formas de violação de direitos de crianças e adolescentes. O atendimento a estudantes em medidas sócio-educativas.

6.3 - Educação e Mundo do Trabalho

Diferença em preparar para o mercado de trabalho e o mundo do trabalho. A subordinação entre o mercado de trabalho e os conteúdos educacionais.. Perspectivas críticas para uma educação profissional emancipatória. A formação educacional dentro das empresas. A Concepção utilitária da educação.

6.4 - Educação e Relações Étnico-Raciais e Multiculturais.

Definição de racismo institucional e suas principais formas de superação e combate. O racismo da educação infantil ao ensino superior. Diferenças raciais no acesso ao mercado de trabalho e à elevação de escolaridade. Diferenças e Desigualdades. Base legal de combate à discriminação. Intolerância Religiosa no contexto escolar. Políticas de cotas étnico-raciais e sociais. Educação para as relações étnico-raciais.

6.5 - Educação Ambiental e Contextualização Curricular.

Educação e meio ambiente. Estratégias de preservação e desenvolvimento sustentável. Construção da cultura ambiental no cotidiano escolar. Educação ambiental no mundo do trabalho. Currículo e biodiversidade.

6.6 - Diversidade Regional e Contextualização Curricular.

Diferenças e desigualdades regionais no Brasil. O valor do campo e da cidade no histórico de desenvolvimento desigual e combinado brasileiro. Arranjos educacionais locais. Valorização da diversidade cultural. Especificidade e universalidade. Flexibilização curricular. Formação cidadã.

6.7 - Educação do Campo.

Acesso, permanência e qualidade da educação para os sujeitos do campo. Ampliação da oferta de Educação Básica no Campo: Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional. Educação profissional no campo. A legislação educacional brasileira e a Educação do Campo. Implementação dos marcos regulatórios da Educação do Campo. Educação do Campo: conceitos e princípios envolvidos: Territorialidade, Desenvolvimento Sustentável, etc. Movimentos sociais e sindicais e Educação do Campo. Relação entre poder público e sociedade civil na construção das políticas públicas de Educação do Campo. O papel dos entes federados na Educação do Campo. Educação para as classes multisseriadas. Políticas educacionais para a educação do campo. Educação na Reforma Agrária. Formação inicial e continuada dos profissionais da Educação do Campo. Infra-estrutura. Transporte escolar. Material didático e pedagógico contextualizado. Monitoramento da aplicação dos recursos aplicados na Educação do Campo.

6.8 - Educação Escolar Indígena e Territorialidade.

As especificidades étnicas face às políticas universais de educação. Conceito de educação escolar indígena. Educação dentro e fora da aldeia. Visão de mundo e território. Processos de etnogênese. Valorização e reconhecimento das diferenças. Multilingüismo. Acesso e permanência no ensino superior. Políticas de ação afirmativa. A formação do docente indígena. Relações aldeia/cidade. Políticas de cotas étnico-raciais e sociais.

6.9 - Direito à Educação para Adolescentes em medidas Sócio-educativas e para Pessoas Privadas de Liberdade.

O ECA e a educação. Atendimento de crianças e adolescente em medidas sócio-educativas. Conceito de educação prisional. EJA e educação prisional. Ensino regular e educação prisional. Valorização da educação como princípio e valor em institutos prisionais. Garantia do direito à educação para presos. Educação de qualidade e avaliação da educação prisional. Políticas de redução de pena por progresso escolar. Formação e valorização do docente da educação para presos.

O Brasil e o contexto internacional das políticas de educação prisional.

6.10 - Educação e Diversidade Sexual.

Percepção das diferenças de gênero. Masculino e Feminino. O movimento político de reconhecimento das diferenças sexuais e de gênero. Homossexuais, bissexuais, transexuais, lésbicas. Respeito à diversidade sexual no contexto escolar e universitário. Intolerância. Estratégias de combate à homofobia.

6.11 - Direito à Educação de Pessoas com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação

Educação Especial na perspectiva inclusiva. Acesso e permanência de pessoas com deficiência na educação básica e superior. Formação universal para a docência a deficientes. Base legal de apoio ao direito à educação para deficientes. Super Dotação e altas habilidades. Currículo e desenvolvimento. Política de formação de professores.